

Medida deverá ser adotada no início da gestão de FH

REGINA ALVAREZ e ROSSANA ALVES

BRASÍLIA — O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso deve promover a desindexação total da economia logo no início de seu governo. A equipe econômica gostaria de avançar nesse processo ainda este ano, mas considera a medida inviável no curtíssimo prazo, já que ela depende de um ajuste fiscal rigoroso, só considerado possível no próximo governo.

A desindexação sempre foi o objetivo final do Plano Real, mas essa etapa pode ser antecipada. A equipe teme que a inflação atual — decorrente de fatores acidentais e sazonais — acabe contaminando toda a economia e resulte na volta da indexação. Por isso, acha que janeiro seria o momento ideal para avançar no processo, desde que a medida

venha acompanhada de um ajuste fiscal capaz de assegurar uma situação bem mais confortável para as contas públicas.

O fim da indexação pressupõe a extinção ou limitação do uso da TR dentro do próprio mercado financeiro, a extinção da Ufir (que corrige impostos) e do IPC-R (que corrige os salários). Além disso, implica uma mudança radical na condução da política monetária, deixando que a taxa de juros flutue livremente. Hoje, essa política não pode ser colocada plenamente em prática, porque o Tesouro ainda depende do mercado para se financiar. O objetivo do programa econômico é assegurar um superávit operacional nas contas públicas capaz de reduzir essa dependência.

Nessa nova conjuntura, o sistema de zeragem automática, pelo qual os bancos recorrem ao

Banco Central quando não conseguem fechar seu caixa no final do dia, seria substituído pelo desconto. Essa prática, usual nos países desenvolvidos, permite ao BC ajudar as instituições financeiras com problemas de liquidez.

O assessor especial para preços, José Milton Dallari, em conversa reservada com empresários na semana passada, sinalizou com os planos da equipe para acabar com a indexação. Disse que a idéia é eliminar a TR da maioria dos financiamentos, corrigindo-os por taxas de juros baseadas nas taxas do mercado internacional. O assessor ressaltou, porém, que por enquanto não seria possível eliminar a TR do crédito rural e do SFH, já que esses dois segmentos são lastreados na caderneta de poupança, também indexada à TR.